

KADISH LITERÁRIO: A LITERATURA CONTEMPORÂNEA COMO MEIO DE ARQUIVAMENTO E RESSIGNIFICAÇÃO DE ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

LITERARY *KADISH*: CONTEMPORARY LITERATURE AS A MEANS OF ARCHIVING AND RESIGNIFICATION HISTORICAL EVENTS

Airton Pott¹

Ivânia Campigotto Aquino²

RESUMO: A literatura possui múltiplas razões de existência e é o território onde muitos autores e leitores se refugiam e encontram lugar de aconchego, acalento, ou até mesmo de desabafos e lamentações. Além do mais, existiram anos conflituosos na trajetória histórica da sociedade brasileira, como os da ditadura militar, em que muitos cidadãos tiveram suas vidas findadas e suas memórias aniquiladas. No entanto, muitos familiares dessas vítimas encontraram força e resistência na literatura para registrarem suas vivências ou de seus entes e conhecidos. Bernardo Kucinski, jornalista e escritor, é um desses inúmeros casos que, por meio de obras literárias contemporâneas como *K: relato de uma busca*, manifestou suas experiências traumáticas. Diante disso, nosso objetivo é analisar, à luz do autor e da obra mencionados, como escritores conseguiram ressignificar os acontecimentos históricos por meio da literatura contemporânea a partir das memórias e dos arquivos existentes. Ricoeur (2007), Gagnebin (1999, 2006), Seligmann-Silva (2000) e Figueiredo (2017) nos fornecem respaldo teórico para realizarmos nossos estudos, que nos permitem concluir que a literatura representa, ressignifica e salvaguarda muitas informações, acontecimentos e documentos, inclusive memórias e vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Arquivamento; Ressignificação; *K: relato de uma busca*; *Kadish*.

¹ Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo – Brasil. Doutorando em Letras na Universidade de Passo Fundo – Brasil. Bolsista CAPES – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9809-1320>. E-mail: airton_pott@yahoo.com.br

² Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Realizou estágio pós-doutoral em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Professora Titular III da Universidade de Passo Fundo – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9221-3473>. E-mail: ivania@upf.br.

ABSTRACT: Literature has multiple reasons for existence and is the territory where many authors and readers take refuge and find a place of coziness, warmth, or even outbursts and lamentations. Furthermore, there were conflicting years in the historical trajectory of Brazilian society, such as those of the military dictatorship, in which many citizens had their lives ended and their memories annihilated. However, many family members of these victims found strength and resistance in the literature to record their experiences or those of their loved ones and acquaintances. Bernardo Kucinski, journalist and writer, is one of those countless cases that, through contemporary literary works like *K.: relato de uma busca* of the aforementioned author and work, how writers managed to give new meaning to historical events through contemporary literature from existing memories and files. Ricoeur (2007), Gagnebin (1999, 2006), Seligmann-Silva (2000) and Figueiredo (2017) provide us with theoretical support to carry out our studies, which allow us to conclude that literature represents, reframes and safeguards a lot of information, events and documents, including memories and lives.

KEYWORDS: Literature; Archiving; Resignification; *K.: relato de uma busca*; *Kadish*.

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que muitas pessoas têm por hábito usar o diário como forma de contar seu dia a dia, seus amores, suas conquistas, mas também usar como instrumento de escrita das suas decepções, frustrações e lamentações. Algo parecido ocorre quando alguém resolve transformar suas memórias em narrativas, como ocorreu, e ainda ocorre, em relação aos episódios acontecidos ao longo da ditadura militar no Brasil. No entanto, outros são os propósitos e os motivos que levam a tais registros, tão diferentes como os de um diário convencional de uma menina de 15 anos dos dias de hoje, por exemplo.

As vítimas da ditadura militar tiveram suas vidas cessadas, mas os familiares e amigos que continuaram vivos carregam consigo sofrimento, dor, angústia. Muitos deles sequer descobrem o paradeiro daquele ente desaparecido e o que de fato aconteceu com ele. No entanto, essas vítimas podem imaginar que o motivo do desaparecimento de um irmão, uma irmã, um(a) filho(a), um(a) neto(a), um pai, uma mãe, um amigo, não foi devido a uma fuga para as ilhas caribenhas, tampouco a um jogo de bilheteria que os deixou biliardários, ou ainda por tornar-se amante de alguém que tenha milhões de reais, dólares e euros, e resolveu fugir com ele(a) para viver uma aventura amorosa.

O período entre 1964 e 1985, no Brasil, demarcou 21 anos que se transformaram em trauma para milhares de pessoas vítimas dos acontecimentos desse tempo histórico, quando permaneceu em vigência a ditadura militar, que guarda resquícios até hoje.... Traumas, sofrimentos, torturas psicológicas nos sobreviventes e nos familiares dos desaparecidos. Muitos destes, aliás, não tiveram a oportunidade de se despedir do ente que nunca mais foi visto, não deram o último adeus, e também não puderam realizar o ato fúnebre que, para muitos, é mais que uma despedida sagrada, é uma certeza de fim.

A literatura, construção de linguagem cuja natureza é aberta ao acolhimento de emoções e ideias, tornou-se o lugar de refúgio de muitos familiares das vítimas mortas na ditadura militar. Denominamos de “vítimas mortas”, porque há também as que sobreviveram à tortura, às perseguições, ao sofrimento. E também há as demais vítimas, que são os familiares e amigos destes desaparecidos, cujas memórias, juntamente com os arquivos já existentes, compõem a representatividade deste período. Um dos casos é o do jornalista e escritor Bernardo Kucinski, que abordaremos ao longo de nossos estudos, pois ele é o autor de *K.: relato de uma busca*, corpus que subsidia nossas análises.

A fim de fundamentarmos nossos argumentos sobre a literatura como forma de arquivamento das memórias para que elas se tornem de conhecimento de outras pessoas, recorreremos aos estudos históricos e culturais de Ricoeur (2007), os quais estão vinculados a uma perspectiva hermenêutica e fenomenológica e que trazem termos essenciais para nossa pesquisa, tais como memória, esquecimento, e até mesmo questões voltadas à linguagem. Neste sentido, também usufruímos dos estudos de Gagnebin (1999, 2006) e Seligmann-Silva (2000). Devido ao nosso tema e objeto de análise, julgamos conveniente desfrutarmos dos estudos de Figueiredo (2017), que fez uma aprofundada investigação sobre as obras que encontram na literatura o

resguardo do esquecimento e a preservação da memória das vítimas da ditadura, contribuindo com o vasto arquivo sobre acontecimentos relacionados a este período.

2 O INVENTÁRIO CONTEMPORÂNEO DE VÍTIMAS DA DITADURA

Ao reiterarmos o fato da escrita como lugar de arquivamento, de registro da memória da ditadura, estamos abordando temas como torturas, sofrimentos, desaparecimentos e, inclusive, mortes em um período nada amigável do passado. Nesses casos, “a escrita, com efeito, é o patamar de linguagem que o conhecimento histórico sempre já transpôs, ao se distanciar da memória para viver a tripla aventura do arquivamento, da explicação e da representação.” (RICOEUR, 2007, p. 148).

Outrossim, a escrita dessas memórias é uma representação delas, e não elas em sua existência propriamente dita. Como nos esclarece Figueiredo (2017, p. 27), “o arquivo não se confunde com a memória, pelo contrário, ele existe no lugar da memória. O arquivo é hipomnésico, ele é um documento ou monumento, ou seja, os documentos escritos de toda ordem funcionam como elementos de arquivo.”. Em outras palavras, é na escrita que as memórias encontram sobrevivência, mesmo que ali sejam modificadas. Para aprofundarmos pouco mais sobre isso consideremos que

O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um espaço físico, espacial, é também um lugar social. (RICOEUR, 2007, p. 177).

Ao concordarmos que o arquivo é também um lugar social pensamos que lhe é atribuída tal característica pelo fato de ser uma forma de influência no

presente e no futuro das pessoas, bem como ser também essa memória documental, ou seja, é um lugar social que faz a ressignificação de outro. De acordo com Figueiredo (2017, p. 28), “a obsessão pelo arquivo é o corolário da perda da memória; arquiva-se para se resguardar do esquecimento. Como não existe mais memória, vivemos numa cultura dos vestígios, vestígios esses que são preservados em arquivos.”. Não podemos nos esquecer também de que

Não se trata, portanto, de arquivar e de tesaurizar o passado numa espécie de fidelidade exangue, pretensamente desinteressada e científica, como o afirma o historicismo. Também não se trata de edificar a continuidade heroica de uma contra-história ou de consolar os humilhados de hoje pela evocação de gloriosos amanhãs, como em tantas variantes iluministas e marxistas da historiografia. (GAGNEBIN, 1999, p. 105).

Dado o exposto, atentamos ao fato de que a historiografia e a narração com base em fatos reais têm vários aspectos em comum. No entanto, é próprio da narração poder incorporar novos elementos, ficcionais, ou seja, mudar, acrescentar, tirar. Ricoeur (2007, p. 274) também nos ajuda a distinguirmos a ficção da historiografia, ou seja, a narrativa da história:

O par narrativa histórica/narrativa de ficção, tal como aparece já constituído no nível dos gêneros literários, é claramente um par antinômico. Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora informulado, esse pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor, e promessas diferentes, por parte do autor. Ao abrir um romance, o leitor prepara-se para entrar num universo irreal a respeito do qual a questão de saber onde e quando aquelas coisas aconteceram é incongruente.

Dentro de um livro de história, esperamos encontrar a escrita sobre a realidade em si, mas na ficção não sabemos o que nos aguarda, pois o autor tem

liberdade para escrever sem se preocupar com a fidelidade ao real. Logo, ao levarmos em consideração tais peculiaridades, tomamos por base o pensamento de Figueiredo (2017, p. 43), quando assegura que “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação.”.

Essa concepção de recriação da tortura e da humilhação por intermédio de personagens afetados por isso é associável àquilo que Ricoeur (2007, p. 455) ressalta sobre as estratégias de esquecimento. Segundo o teórico, “as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela.”.

Logo, a narração pode ser essa maneira diferente para a reconfiguração dos fatos do passado e da memória e, portanto, integra-se às estratégias do esquecimento e faz delas também suas. Por atingir um público diferente, e também ser portadora de características próprias, a narração é uma possibilidade de autores escreverem textos baseados em fatos reais e, assim, levarem a realidade para dentro do ficcional para mostrarem um mundo diferente. A ficção é uma possibilidade de mostrar o mundo real de outra forma, com a visão de um autor, que prefigura suas ideias e seus ideais através de personagens e tudo o que está englobado neles, possibilitando, desse modo, um arquivamento dos acontecimentos no período da ditadura.

Reencontra-se assim, no caminho da reconquista pelos agentes sociais do domínio de sua capacidade de fazer narrativa, todos os obstáculos ligados ao desabamento das formas de socorro que a memória de cada um pode encontrar na dos outros enquanto capazes de autorizar, de ajudar a fazer narrativa de modo ao mesmo tempo inteligível, aceitável e responsável. (RICOEUR, 2007, p. 456).

Diante disso, as memórias do autor são arquivadas no texto e disseminadas por ele aos leitores, o que faz com que elas se mantenham vivas nas memórias de outros. No entanto, elas podem ser compreendidas pelos leitores de maneiras diferentes das pretendidas pelo autor. Por isso, um texto com apenas essa finalidade pode não ter êxito, o que não é o caso da ficção. Consentimos com as palavras de Figueiredo (2017 p. 35) sobre a importância das obras rememoradoras da ditadura:

Todo livro – ficção ou depoimento –, todo filme – documentário ou ficcional –, toda obra de arte ou projeto museológico que contribua para a reflexão sobre os anos de chumbo do Brasil tem um enorme valor porque não se pode esquecer o que foi perpetrado, é preciso render tributo àqueles que lutaram pela utopia de um país mais justo e mais democrático.

Em razão das narrações e demais formas de contribuição para registrar as histórias e memórias daqueles que lutaram por um país mais justo e democrático, temos, assim, um vasto encadeamento de testemunhos sobre os ocorridos na ditadura. Segundo Ricoeur (2007, p. 170), “com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental.”.

Sendo assim, para se chegar na prova documental, parte-se da memória, sendo que em muitos casos é a memória do próprio autor, que, de forma direta ou devido a um familiar ou amigo, é uma vítima envolvida no período histórico no qual está ambientada a narração. A fim de dar seu testemunho sobre tal experiência angustiante e desesperançosa, o autor resolve registrar por intermédio do texto parte de suas lembranças, de suas memórias relacionadas àquelas(s) vivência(s). Após todas as etapas, chega-se à prova documental, que, no caso da narrativa literária, é a história romanesca, ficcional. Para tanto, fazemos uso das percepções de Gagnebin (2006, p. 57):

Uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *bistor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Ao serem passadas para o âmbito da narração, as memórias dos autores sobre a ditadura são (re)estabelecidas por um conjunto de estratégias utilizadas e selecionadas por aquele que escreve a narrativa. Dessa forma, haverá uma representação envolvida e embalsamada em uma articulação muito bem emaranhada – com linguagem própria, capítulos como forma de sequência narrativa ou acréscimo de informações relevantes, estilos de escrita diferentes e vocabulário adaptado. Enfim, temos na narração uma conjuntura composicional e estrutural própria desse gênero textual que pode ser justamente esse o motivo de sua escolha pelo autor para arquivar suas memórias, seu testemunho sobre aquele(s) acontecimento(s) traumático(s).

Além do mais, salientamos que as estratégias de narração adotadas por inúmeros escritores contemporâneos a fim de fazerem uma representação realista/ficcional vai ao encontro do que Seligmann-Silva (2000, p. 85) denomina de “com que voz ela deve se dar”. Ou seja, quais vozes narrativas adotar para fazer narrações de cenas tão impactantes e chocantes impostas às vítimas daqueles acontecimentos tão conflitantes. Não esqueçamos, porém, que, por serem narrativas, seus autores têm uma maior liberdade na hora de escrever. Afinal, é ficção.... Com muita realidade nela, mas é ficção.

Diante do que já frisamos e explanamos, não seria exagero afirmar que essa exploração da realidade de períodos históricos horríficos na literatura, na

ficção, é resultante, não raro, dos inúmeros traumas das vítimas e dos familiares delas. Deparamo-nos novamente com o fato de a história não ter a liberdade de criação, como na narração, a qual é importante não só pela temática e assuntos abordados, mas também pela forma como isso é feito, o que nos é informado também por Gagnebin (1999, p. 109):

Além da descrição ou da explicação dos fatos, a história humana teria assim por tarefa paradoxal a transmissão daquilo que não pode ser contado, a fidelidade ao passado e aos mortos mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seus nomes nem seu sentido. Estranha narração da qual já testemunha a tradição mítica, cuja força salvadora surge mais de sua própria enunciação que dos conteúdos enunciados.

Ao conjecturarmos sobre as formas de enunciação, manifesto de discurso(s), portanto, não podemos obliterar o fato de que também os militares têm memórias, assim como os jornalistas, e também demais pessoas das mídias. Santos (2016) preocupou-se muito com esse lado e deteve sua pesquisa voltada para a questão da memória militar e midiática. A respeito disso, convém destacarmos, de seus estudos, que

A memorialística militar apologética ao regime não apenas rebate os relatos da esquerda, as ações dos grupos de direitos humanos e as produções da historiografia crítica, mas também os discursos veiculados pela grande mídia e outros setores que apoiaram o golpe e que, no processo de abertura política, buscaram se distanciar da versão positiva do período. (SANTOS, 2016, p. 47).

Podemos perceber, através desse fragmento, que, assim que a ditadura chegou ao fim, muitos, inclusive parte da mídia que estava ligada a esse militarismo, tentaram distanciar-se dele a fim de não serem descobertos, muito menos prejudicados por isso. Afinal, sabe-se que a mídia é um veículo de comunicação de extrema relevância na sociedade, que ganha cada vez mais

espaço. Logo, estar envolvido nesse período tortuoso e que “chegou ao seu fim” não daria credibilidade ao seu veículo de comunicação. Então, a saída era mudar as repercussões e as palavras de suas informações. Diferentemente das palavras do historiador, pois, conforme Gabnebin (2006, p. 47):

As palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro.

Sem nos estendermos muito sobre a questão do trabalho de luto por intermédio do texto, convém ressaltarmos, por ora, tais finalidades também para o caráter do texto ficcional. Convidativo e revelador do inesperado, do inimaginável, o texto narrativo é uma passagem para um outro mundo, místico, diferente do real, do aqui e do agora, mas, ao mesmo tempo, é uma forma de lutar contra o esquecimento e alertar sobre a periculosidade de algo como aquilo que está sendo narrado ser instaurado novamente.

Sem tais possibilidades, o historiador pode sentir-se convidado a não se manter preso somente ao real. Gagnebin (2006, p. 41) põe-nos em questionamento com relação a isso; “O historiador que toma consciência do caráter literário, até mesmo retórico, *narrativo* de sua empresa, não corre o risco de apagar definitivamente a estreita fronteira que separa a história das histórias, o discurso científico da ficção, ou ainda a verdade da mentira?”.

Ao fazer uma pergunta semelhante a esta, Ricoeur (2007) ajuda-nos a buscar respostas com o intuito de conseguirmos esclarecer sobre essa estreita, mas existente, relação. Segundo ele, questionar sobre como a escrita da história consegue distinguir-se da ficção necessita “indagar em que a história permanece, ou melhor, se torna representação do passado, algo que a ficção não

é, ao menos intencionalmente, ainda que ela, além do mais, o seja de alguma forma.” (RICOEUR, 2007, p. 200).

Em síntese, podemos, ao longo das explanações, verificar que os autores de narrativas também fazem rememorações do passado em seus textos narrativos, dentro de suas características, obviamente. De acordo com Figueiredo (2017, p. 45), “esse material pode ser, também, considerado como arquivo, pois ele faz o inventário das feridas e das cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros”. Logo, com uma conjuntura diferente do texto histórico, presume-se que, nas ficções, as instigações ao leitor serão outras, o que também resulta em um despertar diferente do imaginário, não só do escritor do texto, mas também do receptor dele. A literatura, portanto, é uma forma de arquivamento, mas não no sentido de arquivar, engavetar, mas sim de levar aquelas informações adiante, para outras pessoas também adquirirem conhecimento sobre os fatos ali registrados.

3 BERNARDO KUCINSKI E K.: RELATO DE UMA BUSCA: INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O AUTOR E UMA DE SUAS OBRAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A DITADURA

“O pai que procurava a filha desaparecida já nada procura, vencido pela exaustão e pela indiferença. Já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca.”. (KUCINSKI, 2016, p. 85).... Este término de “Imunidades, um paradoxo”, décimo quinto capítulo dos vinte e nove que compõem o livro *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, simboliza, para nós, a representação do cansaço, mas ao mesmo tempo, da persistência de K. em encontrar sua filha desaparecida nos tempos da ditadura militar.... E existem muito mais “K.” por aí do que podemos imaginar. Mas antes de analisarmos a obra, mais especificamente “*A matzeivá*”

– capítulo que selecionamos para realizarmos os nossos estudos aqui propostos -, vamos entender um pouco mais sobre o autor e a obra como um todo.

Bernardo Kucinski possui uma afínca e longínqua caminhada na área da educação e do jornalismo. Ele atuou como jornalista inclusive vinculado ao Departamento de Jornalismo e editoração da USP (Universidade de São Paulo), onde se aposentou como professor titular. Estudou até o nível de doutorado na área da Ciências da Comunicação na mesma universidade em que lecionou e se aposentou mais tarde. No entanto, sua graduação foi em Física, também na USP.

A vida de Kucinski, porém, vai muito além do que está em sua formação acadêmica. Suas vivências e perdas pessoais não cabiam em seus estudos como jornalista e professor. E foi por isso que ele resolveu escrever textos ficcionais, pois ele encontrou na literatura o que o restante não conseguia fornecer a ele. A literatura foi o lugar onde ele conseguiu desabafar, registrar seus conflitos pessoais, principalmente a perda de sua irmã Ana Rosa Kucinski, professora de Química na USP, e desaparecida na ditadura militar.

A perda de sua irmã é algo insuprível nas memórias do autor de *K.: relato de uma busca*, e não é à toa que Kucinski traz nesta sua obra ficcional a história de K., um pai que busca desenfreadamente por sua filha desaparecida nos tempos de militarismo. Portanto, a palavra “relato” não foi empregada no título do livro por um mero acaso, haja vista que ele carrega em si um contexto de vertigem e angústia que relata sobre o sofrimento deste pai que procura sua filha em meio aos escombros misteriosos da ditadura, em meio à surdina dos desaparecimentos.

Tendo adentrado na literatura aos 70 anos, Bernardo Kucinski não foi motivo de fracasso. Pelo contrário, suas experiências fizeram com que ele se tornasse um dos grandes nomes da literatura contemporânea quando se trata de livros ficcionais sobre a ditadura militar brasileira. *K.: relato de uma busca*, por exemplo, foi publicado pela primeira vez em 2011 e em 2016 já estava

sendo lançado pela quarta vez, agora pela editora Companhia das Letras. Além disso, esse livro foi traduzido para várias outras línguas e recebeu até prêmios literários. Portanto, Bernardo Kucinski e *K.: relato de uma busca* são ícones de referência quando o assunto é o período da ditadura no Brasil abordado na literatura.

Em virtude de suas razões também pessoais, Kucinski encontrou na literatura espaço e possibilidade para registrar episódios marcantes de sua vida, que, ao mesmo tempo, não representam apenas a sua realidade e a de seus familiares, mas a de milhares de pessoas que viveram situações parecidas. A narrativa, devido ao seu caráter ficcional, permitia que Kucinski relatasse os episódios que aconteceram à sua família sem ter que se preocupar com a veracidade, afinal, o texto ficcional permite ao autor criar, inventar, o que ele não poderia ter feito sendo jornalista.

É neste contexto que Kucinski resolve escrever, dentre outras narrativas sobre a ditadura, *K.: relato de uma busca*. Esta obra é composta, como afirmamos anteriormente, por 29 capítulos. Mas não são quaisquer capítulos, pois eles formam um verdadeiro jogo narrativo que dá vida a várias vozes, personagens diferentes que possuem alguma relação com a ditadura militar, ao mesmo tempo em que há vários capítulos com narração em terceira pessoa.

Além disso, muitos dos capítulos de *K.: relato de uma busca* são formados por diferentes gêneros, como o primeiro e o último, por exemplo, que são cartas, inclusive datadas no final. Também há o sétimo capítulo que é, na verdade, todo ele uma carta, o que já é anunciado no título do capítulo: “Carta a uma amiga”. Porém, o remetente é alguém diferente que nos outros dois capítulos mencionados. Enquanto nestes é possível identificar que é o irmão da filha desaparecida o remetente, naquele é possível identificar que é a própria filha desaparecida, pois a saudação final é “Beijos. / A.” (KUCINSKI, 2016, p. 48). E a saudação inicial permite inferir que esta carta é destinada a uma amiga, ou

outro alguém do sexo feminino, devido à presença do adjetivo “Querida” (KUCISNKI, 2016, p. 46).

Também outros fragmentos da carta que compõe esse capítulo revelam características condizentes com as da filha desaparecida de K., o protagonista. No trecho “Na Química sinto falta de chão, não consigo me alegrar com os colegas, com exceção da Celina e da Vera.” (KUCINSKI, 2016, p. 47), percebemos que ela é professora de Química, o que é revelado em outros capítulos de *K.: relato de uma busca*.

Quase no final da carta também descobrimos o que se confirma nos demais capítulos, e que é muito importante, que ela tem um pai e um irmão pouco distantes dela, devido às circunstâncias da vida: “A propósito, nem meu irmão nem meu pai sabem que nos casamos. Meu pai não sabe nada da minha vida. Tudo tem seu motivo. Queria muito te encontrar, mas se você vier para São Paulo, não me procure diretamente, primeiro telefone para alguma amiga e logo eu darei um jeito de te localizar.” (KUCINSKI, 2016, p. 48). Na última frase deste fragmento, porém, percebemos que o desabafo endereçado à destinatária, que não sabemos certo quem é, demarca, pelo teor da carta, que a remetente está com medo do que pode acontecer a ela, e também a seus conhecidos.

Enfim, mesmo que a obra seja composta por diversos capítulos com estruturas, elementos, e até gêneros diferentes, todos eles estão imbricados e se complementam na tentativa de comporem um grande relato duro e cruel, e ao mesmo tempo comovente, que é o livro *K.: relato de uma busca*. Esta obra de Kucinski é rica e a obra como um todo, assim como cada capítulo, fornecem muito material para ser analisado. No entanto, levando em conta esta riqueza, selecionamos o capítulo que julgamos ser um dos mais pertinentes para realizarmos nossas investigações a respeito da literatura como forma de resistência e refúgio das vítimas da ditadura militar brasileira. Pedimos licença,

portanto, para deixarmos os demais capítulos para outros momentos e estudos, e detemo-nos, aqui, ao décimo terceiro capítulo – “*A matzeivá*”.

4 KADISH DO PAI E DO IRMÃO PARA A DESAPARECIDA: ANÁLISE DE K.: RELATO DE UMA BUSCA, UMA OBRA DE RESISTÊNCIA E REFÚGIO

Como já expusemos anteriormente, todos os capítulos de *K.: relato de uma busca* estão entrelaçados à mesma temática e, de certa forma, são fundamentais para que haja um registro mais aprofundado de informações relacionadas às atrocidades ocorridas na ditadura, tanto é que sentimos a necessidade de fazer alusão a fragmentos de outros capítulos. No entanto, delimitamos o *corpus*, nos estudos que aqui realizamos, para um dos capítulos que traz informações importantes e está relacionado àquilo que nos propomos verificar.

“*A matzeivá*” é, aliás, o capítulo do livro *K.: relato de uma busca* que guarda em si uma palavra essencial para nossos estudos, inclusive para o título do nosso trabalho: *kadish*. Como é definido na própria nota de rodapé quando surge este termo no livro, *Kadish* é “a principal oração do rito judaico, proferida no sepultamento pelo filho mais velho ou parente mais próximo.” (KUCINSKI, 2016, p. 76). Esta palavra não significa para K., o protagonista e pai da filha desaparecida, apenas um costume ritualístico quando um familiar deixa a vida terrena. Simboliza também a amenização da dor e uma concretude para findar a busca do pai pela filha desaparecida.

Para K., “A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se.” (KUCINSKI, 2016, p. 74). Portanto, se a filha de K. teve uma vida, ela merece, assim como todas as outras pessoas, a realização do *Kadish* e também que seja colocada a *matseivá* em homenagem à filha. Este termo judaico também é esclarecido aos leitores

em forma de nota de rodapé, “*Matseivá* é a lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento.” (KUCINSKI, 2016, p. 73).

É natural que apareçam, ao longo da narrativa, palavras de origem judaica, pois K. é judeu. Ainda mais nesse capítulo, no qual é narrada uma parte considerável sobre o encontro de K. com o rabino da igreja. Convém lembrarmos que rabino é o nome daquele que conduz as cerimônias religiosas judaicas, assim como para os católicos, por exemplo, há os padres, bispos, arcebispos e o papa, e para os evangélicos, os pastores.

O início do capítulo já é um tanto quanto revelador do teor do diálogo entre o rabino da igreja e K. Em muitos dos capítulos aparecem os diálogos representados por travessões, dois pontos, dentre outras formas. Mas no capítulo que analisamos mais detalhadamente aqui, os diálogos aparecem entre aspas, intercalados à narração. E o início, desconcertante por sinal, é um deles: “O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo...” (KUCINSKI, 2016, p. 73). Este começo de capítulo é impactante aos leitores, porque é algo completamente diferente do capítulo anterior, que é uma conversa entre militares, e é decepcionante para K., que tem seus desejos, para ele até necessidades, negados por aquele rabino.

A fim de reforçar o pedido contrariado pelo rabino, mais adiante o narrador enfatiza que “o rabino não só rejeita o pedido como demonstra frieza ante o seu [de K.] drama.” (KUCINSKI, 2016, p. 73). Mas ao mesmo tempo, em outro trecho, a trama revela que isso pode mudar: “Alguns meses mais e isso mudará, depois que outro rabino, ainda mais moderno, oriundo dos Estados Unidos, officiar na missa ecumênica do jornalista judeu assassinado pelos militares. K. está um pouco adiante do seu tempo.” (KUCINSKI, 2016, p. 73).

Ao analisarmos o fragmento acima, percebemos que a esperança é renovada com a possível vinda de outro rabino, com pensamentos diferentes, mais modernos, conforme consta na narrativa. Aliás, ao longo de *K.: relato de*

uma busca, os leitores, frequentemente, deparam-se com um jogo entre tristeza e esperança, fim com (re)começo, que, por sinal, é uma das estratégias de narração usadas pelo autor. A última frase que citamos acima nos revela uma característica de K. O fato de ele estar adiante do seu tempo nos permite afirmar que ele possui pensamentos modernos, uma mente mais aberta, experiente, vivida. Sugere, também, que ele possui visões de mudanças, mas, pelo contexto em que foi empregado, também pode significar que esse lado “moderno” de K. foge dos preceitos dogmáticos da igreja, pelo menos do rabino que lhe negou realizar a *matseivá* e o *kadish*.

Os próximos parágrafos ainda são destinados às conversas de K. com o rabino, que fala ao outro sobre o que é o sepultamento, em “tom professoral” (KUCINSKI, 2016, p. 74). Nestes fragmentos também aparecem mais palavras judaicas voltadas à religião, porém não as mencionamos, porque não é nosso objetivo de investigação aqui proposto. Na sequência, a narração enfoca na tristeza de K., que “sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos.” (KUCINSKI 2016, p. 74 e 75).

Dentre a conversa com o rabino e a próxima a ser realizada por meio de um *flashback*, o narrador recorre a uma indagação retórica, mas que provavelmente tem a intenção de envolver o leitor na trama e convidá-lo a posicionar-se a favor de K.: “Esse rabino quer dizer que minha filha não era pura? O que ele sabe de minha filha... nada. Para K., o rabino fala palavras vazias.” (KUCINSKI, 2016, p. 75). As frases após a pergunta revelam que K. mantém sua opinião, mesmo com as várias tentativas de convencimento do rabino para seu interlocutor mudar de atitude e desistir de realizar o ritual religioso pretendido.

Logo após, o narrador reporta-nos a uma lembrança de K. referente a uma conversa dele com Avrum, o secretário da Sociedade, na qual surgem novos

elementos que conflitam ainda mais as opiniões díspares. K. diz que não seria o primeiro caso em que se faria o ritual religioso sem que houvesse um corpo, pois “na entrada do Cemitério do Butantã há uma grande lápide em memória dos mortos do holocausto, e debaixo dela não há nenhum corpo.” (KUCINSKI, 2016, p. 75). No entanto, Avrum não admite que K. faça tal comparação porque, para ele, “[...] nada se compara ao Holocausto, disse; chegou a se levantar, tão aborrecido ficou, o Holocausto é um e único, o mal absoluto. Com isso K. concordou, mas retrucou que para ele a tragédia da filha era continuação do Holocausto.” (KUCINSKI, 2016, p. 75).

Somos levados a pensar que não só K. sente isso, mas todas as milhares de pessoas vítimas da ditadura têm essa impressão. Afinal, o Holocausto, ocorrido na década de 40 no século XX, foi um período na história da Alemanha que matou seis milhões de pessoas. A ditadura militar pode não ter matado tantos brasileiros, mas foi um dos períodos em que ocorreu maior quantidade de assassinatos de formas cruéis e tortuosas. Este período de repressão militar pareceu um Holocausto para as suas vítimas, e os familiares destas, que, na verdade também são vítimas, ou pelo menos podem ser caracterizadas como testemunhas da repressão militar, uma exterminação em massa baseada em perseguição aos militantes.

Com base em Gagnebin (2006) podemos afirmar que testemunhas não são apenas aquelas pessoas que presenciaram a ação, o ato narrado, mas também os leitores da narração tornam-se testemunhas ao lerem sobre aquele acontecimento ali registrado. Gagnebin (2006) ainda ressalta que o fato de o leitor aceitar o que lê no texto, ou seja, a história do outro, caracteriza um revezamento. Portanto, os leitores de *K.: relato de uma busca* se tornam testemunhas dos episódios narrados sobre K., e sua (in)cansável busca. Ao mesmo tempo em que se tornam testemunhas, também percebem o quanto aquela personagem sofre e, assim, podem se conscientizar de que algo como o que acontece com aquela personagem não deve mais acontecer a ninguém.

Os próximos parágrafos do capítulo são voltados para a tentativa do rabino de fazer com que K. desistisse de querer realizar aquele ritual de passagem da alma para o outro mundo, pois o líder religioso seguia convicto de que era impossível fazer esse processo devido à inexistência do corpo dela. Já impaciente, o rabino adjetiva a filha de K. de “terrorista” e “comunista”: “O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é uma *matzeivá*; mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?” (KUCINSKI, 2016, p. 77). As palavras do rabino possibilitam inferirmos que, para ele, os comunistas são terroristas, o que, de certa forma, reforça o preconceito de parte da sociedade, inclusive daqueles ligados a entidades fortes e que possuem influência sobre grande parcela da população, como é o caso das igrejas.

Quando K. percebe que não conseguirá nada com o rabino, ele então tem uma outra ideia: “Desolado pela falta da *matzeivá*, ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide na forma de livro. Um livro *in memoriam*.” (KUCINSKI, 2016, p. 77-78). Dessa forma, o leitor é novamente convidado a continuar acompanhando a saga de K. em seu processo de busca não mais com ênfase na filha, como no começo da narrativa, mas agora na tentativa de fazer o *kadish* ou algo que simbolize que sua filha existiu e que merece ser lembrada.

A nova ideia de K. ganhava consolidação cada vez maior em seus pensamentos: “Comporia um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos de suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz Israel.” (KUCINSKI, 2016, p. 78). Como podemos perceber no fragmento reproduzido, o livreto de K. seria a nova forma dele manter vivas as lembranças de sua filha e fazer com que elas chegassem a tantas outras pessoas, para que também elas tivessem conhecimento do que

aconteceu com ela. Naturalmente, estas pessoas seriam parentes e amigos, haja vista que ele imprimiria uma quantidade limitada de exemplares.

K. levou adiante com afinco seu plano de publicar o livro em que relataria o ocorrido com sua filha, e pediu ajuda para as amigas dela: “As amigas da filha ajudaram, pois K. só sabia escrever corretamente em hebraico ou iídiche. Todas deram depoimentos e uma delas fez o esboço. Na primeira página decidiram colocar a bela foto de formatura da filha.” (KUCINSKI, 2016, p. 78). Como podemos ver, o autor não aprofunda com detalhes esta parte. Mas deixa claro que K. é um senhor que não possui domínio do idioma portuguesa, apenas do hebraico e do iídiche, sendo este último uma língua da comunidade judaica. Portanto, podemos inferir, por meio disto, que K. é um senhor que veio do exterior, o que, aliás, fica evidente em outros capítulos.

A fim de publicar legalmente seu livro, K. procurou uma gráfica, que era de um conhecido seu, mas que, agora, estava de posse do filho, devido à morte de seu pai: “No passado, a gráfica imprimia um pequeno jornal anarquista chamado *Labor*. Agora, dirigida pelo filho, imprimia convites de casamento, cartões de visita e notas fiscais.” (KUCINSKI, 2016, p. 78). Essa mudança de foco da gráfica poderia fazer com que não houvesse mais aquelas impressões almejadas por K., pelo menos é o que fica implícito ao leitor, que tem a confirmação disso nos próximos dois parágrafos, os quais, aliás, encerram o capítulo:

No dia seguinte K. retornou à gráfica para saber do orçamento e quando o livrinho ficaria pronto. Foi recebido quase aos gritos pelo jovem:

“Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?”. (KUCINSKI, 2016, p. 78).

Esse final de capítulo deixa muitas incertezas aos seus leitores, que, provavelmente, se sentirão motivados a permanecerem na leitura do livro na tentativa de acompanharem a trajetória de K. e se ele conseguirá realizar o tão almejado *Kadish*, dentre outras questões que ficam abertas, sem contar que certamente os próximos capítulos trarão novos elementos, novas pistas, novos conflitos. Por ora, sabemos que, naquela gráfica, K. não obteve êxito na ação de publicar seu livro. Até porque o jovem dono da gráfica ficou bem alterado quando K. voltou no dia seguinte à gráfica para saber do orçamento e demais detalhes para publicação.

Além do mais, o dono da gráfica chama o material de K. de “subversivo” pelo fato de a história narrada tratar de uma desaparecida política, a qual chama de comunista, assim como o rabino havia feito. No entanto, imediatamente, faz a indagação que não sabemos ao certo se é retórica ou não sobre o fato de ela ser comunista. Sabemos que são falas do jovem dono da gráfica pelo uso das aspas como forma de demarcação de fala adotada pelo autor nesse capítulo, e porque no parágrafo anterior fica claro que esta é a fala do jovem referente ao livro de K.

Essa pergunta sobre o fato de ela ser comunista ou não, ao final da fala do jovem dono da gráfica, permite-nos deduzir que há traços na história da filha que demonstram que ela pareça comunista, o que está associado também à palavra “subversivo”, que aparece neste trecho. Tal ocorrência nos induz a pensar que considerável parcela da sociedade tem medo destes comunistas e faz uma imagem nada agradável deles, ou então tem medo de ficar do lado deles e se expor contra o militarismo. O jovem da gráfica, por exemplo, teria o nome de sua empresa exposta no livro de K. e, caso chegasse às mãos dos militares, ele poderia virar alvo de perseguição.

A análise deste capítulo, “*A matzeivá*”, permite verificar que o autor tem a possibilidade de narrar de diversas maneiras e, com base em Ricoeur (2007),

podemos também afirmar que ele pode refigurar seus protagonistas e o entorno delas. Portanto, Kucinski teve suas razões para colocar K. como o personagem principal e descrever a trajetória dele e o entorno dele conforme o autor achasse apropriado. Além disso, K. não foi um personagem selecionado pelo autor aleatoriamente. Pelo contrário, um senhor de idade como protagonista foi algo que deu voz à representação feita das memórias de Kucinski na literatura. Seligmann-Silva (2000) já frisava sobre a questão de como fazer a representação de algo histórico e/ou relacionado à realidade e que voz dar a ela.

As vozes dadas à representação feita em *K.: relato de uma busca* despertam o que Gagnebin (2006) salienta como sendo o caráter literário. É importante que o leitor tenha consciência de que na literatura há o caráter ficcional, narrativo, e que, por isso, existe uma estreita fronteira entre a verdade e a mentira. O personagem K., por exemplo, simboliza a busca de um pai por uma filha, e sabemos que muitas pessoas buscaram por algum(ns) familiar(es) desaparecido(s) no período da ditadura militar, mas temos conhecimento também de que o caráter literário do texto ficcional permite que o autor crie, invente, modifique algumas informações, mas isso não pode ser caracterizado como mentira, porque é sabido pelo leitor que o autor tem liberdade para fazer tais ações.

Ricoeur (2007) corrobora que a história se torna representação do passado, mas na ficção isso não de forma intencional. Entretanto, acrescenta que, na verdade, de alguma forma ela é sim representação do passado. Em casos como o da narrativa de Kucinski, verificamos inúmeras imagens da ditadura, inclusive experienciados pelo próprio autor e sua família. Logo, há um caráter intencional do autor por trás daquele texto que representa acontecimentos ligados ao período de repressão militar no Brasil. Aliás, uma gama de escritores contemporâneos encontram lugar na literatura para registrarem suas

memórias e, assim, encontram força para resistir contra o esquecimento e o apagamento delas.

A resistência na literatura brasileira contemporânea permite que muitos escritores possam registrar suas experiências, ao mesmo tempo em que realizam o tão almejado enterro dos mortos, claro que simbolicamente, que é o que almeja K., o protagonista da narrativa que subsidia nossas investigações. Gagnebin (2006) ampara-nos nestas afirmações e também na assertiva de que esta representação da ditadura militar na literatura é um trabalho de luto que auxilia os vivos a lembrarem dos mortos. A pesquisadora ainda complementa que a preocupação com o passado se completa em um presente verdadeiro, e que narrações como as feitas por Kucinski auxiliam na conscientização de que aquilo não deve voltar a se repetir.

Esses alertas, registros de tanta humilhação e tortura, só são possíveis, segundo Figueiredo (2017), na literatura, que é capaz de recriar tais cenários terríveis. Ratificamos, assim, que seu caráter ficcional faz com que a literatura se torne lugar de resistência daqueles que estavam desamparados. A literatura permite que personagens como K., a filha desaparecida, dentre outros, ganhem espaço e vez, assim como seus autores. Afinal, já afirmamos em outro momento que Kucinski concretizou na literatura o que não conseguia realizar como jornalista.

Vimos em Gagnebin (1999) que a história humana tem como tarefa também descrever e explicar os fatos. Mas nós podemos verificar que em *K.: relato de uma busca* o autor não precisa se preocupar com a descrição ou a explicação dos fatos, pois estes são feitos em uma perspectiva ficcional, em que a veracidade dos fatos pode dar lugar à exposição de sentimentos, e o autor pode se manifestar a favor ou contra determinados personagens, ao mesmo tempo em que pode interagir com o leitor, narrar sobre fatos baseados na realidade, sem preocupação com os detalhes e maiores explicações.

Portanto, Kucinski preocupa-se com o conteúdo de sua narrativa, mas também com as formas como a escreve. Gagnebin (1999) caracteriza isso como uma força salvadora que surge não só dos conteúdos enunciados, mas principalmente das formas de enunciação. Kucinski, por exemplo, preocupa-se com o cenário da ditadura militar em sua narrativa, mas, ao que tudo indica, ele designa maior atenção às formas como escreve cada capítulo que compõem sua obra. Possivelmente, isso fez com que a obra contivesse vários narradores personagens, capítulos relatados por um narrador observador, diferentes gêneros textuais, diversas formas de diálogo, dentre muitas outras características que fazem parte de *K.: relato de uma busca*.

Percebemos, por meio de nossas análises, atreladas aos teóricos abordados, que a literatura é uma forma de resistência contra o esquecimento dos episódios vividos pelas vítimas da ditadura. Ricoeur (2007) respalda-nos na afirmação de que as narrativas como *K.: relato de uma busca* são formas de socorro e construção de uma memória coletiva, construída de forma inteligível, aceitável e responsável. Sendo assim, a literatura é um meio de luta contra o esquecimento, e a favor da preservação, do resgate, do refúgio, e da resistência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos a história narrada em *K.: relato de uma busca*, com base mais especificamente no capítulo que analisamos, porém, tendo conhecimento do que se desenvolve nos 29 capítulos do livro, podemos afirmar que a obra de Kucinski compõe a enciclopédia brasileira sobre a ditadura militar. E a análise de um capítulo em si permitiu verificar como é o recorte da história dentro dele, pois sabemos que, se fosse outro capítulo analisado, teriam sido outras as percepções. No entanto, provavelmente também chegaríamos ao veredito de que *K.: relato de uma busca* é uma forma que Bernardo Kucinski

encontrou de registrar suas memórias a respeito do ocorrido com sua família, mais especificamente sua irmã.

Ao descrevermos e analisarmos o capítulo “*A matzeivá*”, percebemos que Bernardo Kucinski encontra em sua narrativa o que Ricoeur (2017) chamou de lugar físico, que também é um lugar social. Portanto, narrativas como *K.: relato de uma busca* tornam-se arquivos que deixam marcas, pegadas, rastros do que aconteceu. E o fato de ser um lugar social delinea a função de permitir a socialização de acontecimentos ali narrados, no caso, relacionados às vítimas da ditadura militar.

Já Figueiredo (2017) conceitua essa espécie de arquivo como vestígios, ou seja, são os textos que guardam em si as memórias das pessoas que vivenciaram a ditadura militar e encontraram na escrita a forma de se resguardarem do esquecimento. Portanto, para estes escritores a literatura é muito mais do que uma forma de escrever uma narrativa, é uma das formas que encontraram para armazenarem suas memórias, as quais, assim, podem ser repassadas a demais pessoas. Nesse contexto, a literatura é também uma forma de resistência e preservação da memória.

No entanto, Figueiredo (2017) alerta-nos sobre o fato de o arquivo não poder ser confundido com a memória, mas é algo que existe no lugar da memória. Portanto, *K.: relato de uma busca* não é as memórias de Bernardo Kucinski, mas sim uma representação delas por meio de sua ficcionalização. O fato de K. buscar por sua filha e, após perder a esperança de encontrá-la viva, querer ao menos fazer um ritual simbólico de partida de sua vida terrena é a representação e a consolidação dos testemunhos das vítimas da ditadura, e não fazer o que Gagnebin (1999) denomina como tesarizar aquilo que aconteceu fielmente da forma como foi. Afinal, os textos não são os acontecimentos nos quais são baseados, mas uma representação deles.

Dessa forma, a representação é integrante da tripla aventura referida por Ricoeur (2007), ao lado do arquivamento e da explicação. Portanto, a escrita é uma forma de arquivar informações, registrá-las, também de explicá-las ou discorrer sobre elas e, ainda, serve para representar algo. Enfim, obras como as que protagonizam experiências semelhantes às de K. caracterizam um grande arquivo sobre as vítimas da ditadura militar que, segundo Figueiredo (2017), fazem o inventário das feridas e cicatrizes de milhares de brasileiros torturados e mortos. Personagens e obras como K. e *K.: relato de uma busca* são mais que símbolos de resistência e refúgio, são arquivos resultantes de memórias e outros arquivos. Para Kucinski, sua obra foi a forma que ele encontrou de realizar seu tão almejado *Kadish*.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: perspectiva, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *K.: relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. *Das armas às letras: os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial-militar*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis - SC, 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSK, Arthur.
SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São
Paulo: Escuta, 2000. p.73–98.

Recebido em 07/06/2021.

Aceito em 11/08/2021.